

Magalhães condena taxa para o Parque

A possibilidade de cobrança de taxa aos usuários no Parque da Cidade não passa de uma idéia da Novacap. A notícia recebeu uma carta indignada de uma leitora do **CORREIO BRAZILIENSE**, mas segundo o secretário de Viação e Obras, Carlos Magalhães, a empresa não tem competência para definir a questão e não pode reclamar de falta de recursos, já que estes são repassados pela Secretaria.

Segundo a Novacap, estaria sendo estudada a possibilidade de se instituir a cobrança de ingresso aos freqüentadores do Parque. A empresa alega que não tem condições financeiras de mantê-lo em funcionamento, e não tem verba definida para isto, uma vez que os recursos não estão sendo suficientes para manter as instalações em perfeitas condições. As informações, no entanto, dão conta de que não há nenhum estudo definido e nem grupo de trabalho formado para analisar a modificação que, por enquanto, está restrita às declarações do presidente da empresa, Luiz Henrique Freire.

RECLAMAÇÃO

A notícia da cobrança deixou revoltada a leitora Mary A. de Azevedo, que recusou a idéia por achar que o contribuinte de Brasília já paga uma quantidade enorme de impostos, que deveriam ser devolvidos em be-

nefícios como o lazer gratuito no Parque da Cidade. A moradora da HIGS 711 fala, também, que as vias internas do local servem aos habitantes do Guará, Cruzeiro e Área Octogonal e proporcionam economia de combustível. solicita ao governador que não permita a adoção desta medida por parte da Novacap.

Mesmo diante de uma idéia ainda não concretizada, o secretário de Viação e Obras diz que a cobrança de taxa em um parque público é provavelmente inédita. "Locais como o Hyde Park, em Londres, e o Central Park, em Nova York, não cobram nada dos seus usuários". O que se pode fazer, segundo Magalhães é determinar que o local feche mais cedo, evitando, assim, problemas como os apontados pela Novacap que, se queixa das depredações freqüentes.

Para exemplificar a novidade, Carlos Magalhães conta que uma idéia parecida foi proposta no Rio de Janeiro, durante o Governo Brizola, quando o prefeito era o hoje deputado Jamil Haddad. Um funcionário da Secretaria de Finanças local, vereador Ivan Néri, sugeriu a cobrança de uma taxa de veículos como as bicicletas, velocípedes e carrinhos de nenê, que trafegassem nas áreas públicas. A idéia foi tomada como absurdo e o servidor foi demitido logo depois.

Depredações são diárias

Com um orçamento de Cr\$ 6 milhões, em 1988, o Parque da Cidade tem sofrido com as constantes depredações ao seu patrimônio, o que colabora para que o montante de recursos recebidos seja gasto apenas nestes três primeiros meses do ano. Segundo a administração do local, quase todos os equipamentos são danificados pela população e a cobrança de uma taxa aos usuários surge como uma medida justa para a sua manutenção.

De acordo com o administrador Caranambu Bessa, muitos estragos feitos pela população não podem ser controlados pela equipe que cuida da segurança. São depredações nas churrasqueiras, nas cercas que circundam a área de 4,2 milhões de metros quadrados, roubos de arbustos e pichações. Outros problemas, como o roubo de torneiras, lâmpadas e globos, por exemplo, também acontecem em grande quantidade, apesar de uma firma especializada cuidar do local.

LIXO

Além destes fatos corriqueiros, há violências ocasionais ao patrimônio. Os adultos, por



Parque da Cidade: abandonado, a administração quer cobrar pedágio para ver se assim consegue manter a área mais limpa e melhor conservada

